

# **36º Encontro Anual da ANPOCS**

**(21 a 25 de Outubro de 2012)**

## **Grupo de Trabalho:**

Desigualdade e Estratificação Social (GT06)

## **Artigo:**

Mercado de trabalho, escolaridade e uso do tempo:  
um contraponto à teoria do capital humano.

## **Autores:**

Luiz Flávio Neubert (UFJF)

Fernando Tavares Júnior (UFJF)

## **Título:**

*Mercado de trabalho, escolaridade e uso do tempo: um contraponto à teoria do capital humano.*

### **1. Introdução**

Em discussão recente (NEUBERT, 2006), a relação entre a dimensão da desigualdade social e o uso e organização do tempo foi analisada com base em informações da Pesquisa dos Usos do Tempo em Belo Horizonte realizada em 2001. A partir deste estudo foi possível concluir que os indivíduos adultos (18 a 64 anos) e ocupados (ou seja, que exerciam alguma atividade remunerada quando a pesquisa foi realizada) em Belo Horizonte possuíam características semelhantes às dos indivíduos que vivem em países desenvolvidos quando se trata de analisar a desigualdade ocupacional inscrita na alocação de tempo nas atividades diárias.

A coincidência se deve ao fato de que entre os indivíduos ocupados, aqueles que exercem ocupações de maior *status* (que envolvem, portanto, maiores investimentos em educação e treinamento) tendem a despender mais tempo em atividades de trabalho remunerado do que os indivíduos que exercem ocupações de menor *status*. Tal tendência, segundo a interpretação realizada por Jonathan Gershuny (2005a, 2005b, 2009), é comum em países pós-industriais, nos quais as credenciais oferecidas pelos sistemas de educação formal e o capital “incorporado” pelos indivíduos são os elementos mais valorizados para a aquisição de uma determinada posição no mercado de trabalho. O autor chama atenção para as idéias de Daniel Bell (1977), ressaltando o fato de que nas sociedades capitalistas mais avançadas o intenso desenvolvimento tecnológico retira a mão-de-obra do setor primário e secundário e a transfere para o setor terciário (serviços). Por outro lado, essa transferência caminha juntamente com uma valorização cada vez maior do conhecimento formal.

Ainda segundo Gershuny (2009, 2005b), nos países mais desenvolvidos do sistema capitalista encontra-se uma situação inversa àquela que Thorstein

Veblen (1965) descreveu quando tratou do seu famoso objeto de estudo, a classe ociosa. Se até o século XIX poderia se falar na existência de uma *leisure class*, a partir do século XX há o surgimento de uma *working class*, um grupo social de *status* superior para o qual o símbolo de honra passa a ser não mais a ociosidade, mas, sim, o trabalho e o mundo dos negócios.

Contudo, apesar da análise dos dados sobre usos do tempo em Belo Horizonte também ter convergido neste sentido, um detalhe importante se configurou como um dos principais achados da análise desenvolvida por Neubert (2006): a importância da tradicional divisão da semana de sete dias em dois períodos distintos, quais sejam, os “dias de semana” (segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira) e os “dias de fim de semana” (sábado e domingo). Deixando-se um pouco de lado a discussão sobre a duração total da jornada semanal de trabalho, os resultados das análises demonstraram que a divisão entre os dias considerados “úteis” e os dias dedicados ao descanso parece ter se tornado um privilégio de alguns grupos ocupacionais, já que quanto maior o *status* ocupacional, maior é a probabilidade de organização das atividades diárias na forma mais comum, qual seja, uma maior concentração do tempo de trabalho remunerado nos dias de semana (segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira) enquanto que os dias de fim de semana (sábado ou domingo) ficam mais liberados para a realização de outras atividades, dentre elas, as atividades de lazer. Entretanto, entre as ocupações de menor *status* a situação é a oposta, pois os indivíduos tendem a diluir a jornada de trabalho semanal ao longo dos sete dias da semana, o que resulta no desaparecimento da fronteira que tradicionalmente separa os dias de trabalho e os dias de descanso.

Este achado abriu espaço para novas análises (NEUBERT, 2011). Assim, foi proposto tanto o uso de ferramentas estatísticas mais sofisticadas para analisar os mesmos dados sobre Belo Horizonte em 2001, com vistas a confirmar as tendências outrora identificadas na análise realizada em 2006, quanto uma ampliação do escopo, ao testar a mesma hipótese de estudo sobre outro contexto empírico, qual seja, as regiões metropolitanas dos EUA em 2003.

A mesma estratégia foi replicada para ambos os conjuntos de dados de usos do tempo sem, contudo, ter sido realizada uma comparação direta entre os dois casos. Esse cuidado se justificou pelo fato das pesquisas diferirem bastante entre si em aspectos importantes, tais como os instrumentos e estratégia de coleta de dados, as populações de referência, etc., impossibilitando a comparação direta entre os dois conjuntos de informações. Para que fosse utilizada a mesma estratégia de análise em ambos os contextos empíricos, as informações sobre os EUA foram adaptadas de acordo com o sistema de classificação das atividades diárias utilizado na pesquisa de BH.

## **2. Tendências dos usos do tempo em sociedades desenvolvidas**

Contemporaneamente, alguns estudos tentaram traçar um panorama mais recente sobre as tendências dos usos do tempo. A discussão resultou em um importante debate sobre se nas últimas décadas as pessoas teriam se dedicado mais ao trabalho (seja remunerado ou doméstico) ou ao lazer e, ainda, porque as pessoas teriam a sensação de que 24 horas são insuficientes para fazer tudo o que precisam em um dia.

Juliet Schor (1992), em obra que se tornou bem conhecida, afirmou que a sociedade norte-americana se dedicou exageradamente ao trabalho remunerado na segunda metade do século XX. Diferentemente do que ocorreu nos países da Europa Ocidental, o tempo despendido pelos indivíduos nesta atividade não declinou no pós-guerra e ainda teria sofrido um acréscimo. Contrariamente, o estudo de Robinson e Godbey (1997) apontou que os norte-americanos teriam experimentando mais tempo livre no mesmo período sobre o qual Schor realizara sua investigação.

As diferentes interpretações sobre o mesmo fenômeno, neste caso, podem ter sido consequência do tipo de informação que foi utilizada (HARVEY e PENTLAND, 1999, p.9-10). Schor se valeu, principalmente, de informações oriundas de censos nacionais, *surveys* e pesquisas qualitativas. Já Robinson e Godbey se utilizaram de dados oriundos de pesquisas longitudinais sobre usos do tempo.

Igualmente com base em pesquisas de usos do tempo realizadas com cidadãos norte-americanos, Aguiar e Hurst (2006) chegaram a uma conclusão semelhante à de Robinson e Godbey (1997; ROBINSON e MARTIN, 2009). Descobriram que houve um aumento do tempo de lazer entre a década de sessenta do século passado e o início do século XXI, ao passo que o tempo de trabalho remunerado se manteve relativamente estável. Outro achado importante é que esta tendência geral varia fortemente de acordo com o nível de educação formal atingido pelos indivíduos, sendo que o aumento do tempo de lazer foi maior entre os menos educados.

Também com base em informações longitudinais sobre os usos do tempo, Jonathan Gershuny (2005a, 2005b, 2009) interpretou tal fato como sendo um sinal de que a relação entre a classe mais privilegiada da sociedade e as atividades diárias havia se invertido no século XX. Com a mudança no conteúdo do *status* social (a valorização do capital humano nas sociedades modernas) os indivíduos situados no topo da hierarquia passaram a dedicar uma maior quantidade de tempo ao trabalho remunerado e uma menor quantidade de tempo ao lazer. Isso quer dizer que os indivíduos que ostentam as posições mais importantes na sociedade têm como principal fonte de prestígio a atividade de trabalho remunerado que exercem, e não mais o ócio, como foi no passado. Gershuny denominou esse novo grupo de *the superordinate working class*.

Como o aumento na produção de bens e serviços depende do desenvolvimento tecnológico e científico, esta tendência leva a uma maior dependência com relação ao conhecimento formal, técnico, profissional e especializado. Quanto mais complexa se torna a produção de bens e serviços, maior será o poder de barganha, no mercado de trabalho, das pessoas detentoras dos mais altos níveis de capital humano (como escolaridade, treinamento, experiência, etc.). Por esse motivo, principalmente a educação formal se torna algo muito valorizado e, portanto, o melhor investimento para se assegurar ganhos econômicos quando não se tem à disposição outras formas de ganhos, como a posse de capital fixo. Assim, pode-se afirmar que quanto mais se avança o desenvolvimento econômico, mais a educação se torna

elemento fundamental para estabelecer a posição social dos indivíduos adultos e para garantir a reprodução dessas posições às gerações seguintes.

### **3. Os usos do tempo em sociedades em desenvolvimento: o caso do Brasil**

A pesquisa sobre usos do tempo realizada por Amaury de Souza [197-] já apresentava indícios a respeito da importância da divisão semanal na organização da jornada de trabalho. Ao desmembrar a análise entre os dois períodos de referência da semana ele foi capaz de perceber que os indivíduos que exercem as ocupações de *status* superior (classificação que leva em consideração a renda e o grau de instrução) trabalham mais nos dias de semana do que nos dias de fim de semana porque conseguem gerar um fluxo de renda que permite dedicar menos tempo ao trabalho remunerado nos sábados e domingos. Este mesmo fluxo de renda também permite pagar por oportunidades de estudo que garantem retornos financeiros e por serviços que substituem o tempo que seria dedicado aos cuidados com a casa e a família. Além disso, é possível garantir um local privilegiado para moradia que permite menores gastos com deslocamentos, no caso do contexto urbano.

Neuma Aguiar (1998) também levantou informações com o uso de diários de usos do tempo em uma plantação canavieira, portanto, em um contexto rural, o que exigiu que certas estratégias fossem adotadas com relação à população analfabeta. Posteriormente, a mesma pesquisadora elaborou uma proposta de estudo mais abrangente, com base em uma amostra probabilística que representasse a população de uma grande cidade brasileira, a qual foi realizada em 2001 (AGUIAR, 2000).

Dentre as análises realizadas, a principal descoberta do estudo de Neubert (2011; 2006) foi que a ocupação do indivíduo apresenta determinada influência sobre a organização das atividades ao longo dos dias que compõem a semana. Em outras palavras, a divisão entre dias de semana e dias de fim de semana não é a mesma entre os grupos ocupacionais. Quanto maior é o *status* da ocupação do indivíduo, maior a probabilidade do mesmo ter suas atividades de trabalho remunerado organizadas da forma tradicional. Já os indivíduos

agrupados nos estratos ocupacionais inferiores experimentam uma fronteira bem mais tênue entre os dias de semana e os dias reservados ao descanso, assim como já foi constatado também por Amaury de Souza [197-] sobre a capital carioca.

Os resultados dos modelos de Regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários (RMQO) foram a base para a análise. Eles confirmaram que a dimensão da estratificação ocupacional apresenta forte correlação com a quantidade de tempo despendido em atividades de trabalho remunerado e com a forma como elas são organizadas entre os diferentes dias da semana. Entretanto, quando se tem em conta as atividades de lazer, não há pistas que indiquem que a desigualdade ocupacional exerça grande influência sobre a quantidade de tempo despendido nesta atividade específica (NEUBERT, 2006).

Os resultados do estudo realizado por Neubert (2006) mostraram, por fim, que a proposição mais abstrata da teoria de Veblen (a relação entre posição social e atividades diárias) se mantém, apesar do seu objeto específico, qual seja, a classe ociosa, não ser mais relevante no contexto contemporâneo. Os indivíduos mais valorizados pelas sociedades contemporâneas são aqueles mais instruídos e intensamente ligados ao mundo do trabalho. A eles são dadas as vantagens de se ter grandes montas de tempo de trabalho remunerado e maior autonomia para organizar o uso do tempo livre, apesar de se dedicarem relativamente menos às atividades de lazer. No entanto, tendem a fazer uso de sua capacidade pecuniária para desfrutar, de forma distinta, do tempo livre através do consumo de bens e serviços.

#### **4. A THC e a crítica de L. Thurow (1975)**

O Brasil apresenta indicadores persistentes de desigualdade social há décadas. Para diminuí-los, várias políticas públicas foram implementadas, a maior parte delas com inspiração teórica econômica, em especial nos pressupostos da Teoria do Capital Humano (TCH). Dentre as que mais se destacam está a expansão do acesso à educação. Este prognóstico do poder da educação em diminuir desigualdades e promover o desenvolvimento

econômico e social é herdeiro do pensamento liberal neoclássico e seu argumento meritocrático.

A renda de um indivíduo estaria então diretamente relacionada à sua produtividade, que por sua vez estaria relacionada a atributos como idade, experiência, saúde e, especialmente, educação, sendo os anos de estudo uma das mais importantes variáveis a serem consideradas. Logo, todos seríamos portadores de um capital potencial, que deveríamos desenvolver para poder obter melhores resultados sociais (SCULTZ, 1963). Embora a relação entre atributos pessoais (educação), individuais e resultados sociais (renda) esteja organizada em nível individual, as teses se extrapolam para outros níveis, como sociedades, regiões ou países. Quanto maior o nível educacional de um país, maior seria sua capacidade de elevação de produtividade, sua competitividade, menor sua desigualdade e maior sua capacidade de geração de emprego e renda. Contudo, desde sua gênese, a TCH sofre pesadas críticas, em especial advindas do pensamento sociológico.

Observa-se que, para enfrentar a dificuldade de entrar no mercado de trabalho, novas gerações investem mais nos estudos. Seus pais, na maioria dos casos, não concluíram sequer o ensino fundamental. Ainda assim, a esperança na mobilidade social motiva investimentos substantivos na escolarização. Contudo, mesmo conseguindo o grau acadêmico, isso não representa em si uma garantia de inserção adequada no mercado de trabalho, como acontecia em épocas anteriores.

A defesa da educação como investimento social correto para corrigir desigualdades, reduzir o desemprego, ampliar o crescimento econômico, dentre outros resultados esperados, faz da expansão dos sistemas de ensino uma espécie de *quimera* entre as políticas sociais. Entretanto, o aprofundamento empírico aponta argumentos divergentes. Mesmo defensores contemporâneos da TCH reconhecem que o poder da relação entre escolaridade e rendimentos é menor na medida em que os sistemas de ensino se expandem, as economias crescem e as sociedades tornam-se menos desiguais. Isso significa que a relação perde força à medida que se aplicam as



políticas indicadas. Dados sociais permitem o diagnóstico da “inflação educacional”, que por sua vez leva ao debate acerca da ampliação do Capital Humano; ou, de outra forma, debates acerca de competição posicional com resultado social zero (HIRSCH, 1979), da tentativa nula de distinção (BOURDIEU, 2000), ou ainda da ineficácia dos mecanismos pela inibição das camadas subalternas em acessar os serviços pela lógica do risco em função da relação custo e benefício (BOUDON, 1979; 1981). Assim, a TCH deve ser confrontada com argumentos que criticam a expansão educacional como o mais adequado modelo de política pública de equalização e desenvolvimento social, uma vez que formas diretas de intervenção sobre as desigualdades tem se mostrado mais eficientes na reversão do ciclo-vicioso da pobreza.

Três são as principais ponderações sobre prognósticos da TCH: a primeira (1) é a de que os dados individuais não necessariamente permitem a extrapolação para contextos maiores, como nacionais ou internacionais. A segunda (2) é a de que a relação medida pela TCH é uma referência de estratificação e não de causalidade. Ou seja, a relação entre escolaridade e rendimentos dá conta do padrão de similaridade entre as estratificações educacionais e de renda, mediadas pela estrutura ocupacional. As taxas de retorno, portanto, não expressam causalidades, como abstraem os teóricos da TCH, mas apenas correlações. À medida que as pirâmides se descolam, essas relações se tornariam mais fluidas, o que pode estar se manifestando hoje em função da Reestruturação Produtiva e do desemprego estrutural.

A terceira ponderação (3), importante para as conclusões deste estudo, trata da necessidade de investigar as mediações entre educação e o retorno social proporcionado. Observa-se que a educação não realiza seus efeitos de forma direta, mas depende de outras estruturas, como a ocupacional e a tecnológica, para garantir retornos sociais. São essas estruturas mediadoras que são mais (ou menos) capazes de extrair melhor proveito dos conhecimentos individuais adquiridos em larga escala no Sistema de Ensino e, portanto, têm condições de oferecer também maiores taxas de retorno aos indivíduos, através de melhores empregos e salários. É o mercado de trabalho que opera relações estruturais de distribuição de renda e de privilégios, sendo diretamente afetado pelas taxas

de desemprego, que rebaixa as médias salariais e eleva as exigências de seleção. A TCH tende a omitir essas mediações, sendo este um rico campo de investigação sociológica para análise da relação entre sistemas de ensino e estruturas mediadoras de seu retorno social.

Neste sentido, destaca-se o contraponto de Thurow, em *Generating Inequality* (1975), que critica a TCH em função de seus aparatos metodológicos e suas expectativas de equalização a partir dos modelos de *job-competition* e de *random-walk*. Em oposição a um modelo individualista de análise, Thurow mostra evidências sistêmicas para a desigualdade que limitam a força de elementos isolados, como a expansão da matrícula. Pesquisando desigualdades entre salários e comparando com dados educacionais (fundamento da TCH), Thurow percebe que as diferenças entre as médias de salários em diferentes níveis educacionais tendem a aumentar na medida em que se reduzem as desigualdades educacionais, ou seja, a inflação educacional tenderia a anular os efeitos econômicos da estratificação educacional, principal argumento da TCH.

Thurow (1975) mostra que a mediação da estrutura ocupacional é o elemento chave para compreensão adequada da relação entre salário e escolaridade. Há fila por empregos e não uma fila entre qualificações ou salários. A investigação de ocupações ou classes é capaz de explicar melhor as diferenças de salários do que o nível de escolaridade. Um exemplo simples é o que aconteceu no Brasil, nas últimas décadas, quando a elevação da produtividade industrial levou ao desemprego e à diminuição da média salarial, apesar da elevação das qualificações.

## **5. Método de análise dos dados**

Como foi dito anteriormente, no presente estudo foram propostas inovações na forma de abordar o tema em questão, qual seja, a relação entre desigualdade ocupacional e os usos do tempo. Tais inovações têm relação, basicamente, com aspectos metodológicos e analíticos. O primeiro deles diz respeito aos modelos estatísticos que foram utilizados. No estudo anterior (NEUBERT, 2006) foi utilizado o método de Regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários

(RMQO), para o qual o tempo das atividades em um dia, como variável dependente, apresentou uma série de problemas devido às exigências do próprio modelo<sup>1</sup>. No presente estudo foi proposta a utilização da regressão quantílica (KOENKER, BASSET, 1978; KOENKER, HALLOK, 2001)<sup>2</sup>.

Além do uso de um modelo de regressão mais robusto (regressão quantílica), este trabalho pretendeu dar um passo à frente com relação à operacionalização da dimensão da desigualdade ocupacional. Entre as análises de usos do tempo sobre países desenvolvidos que são tomadas aqui como referência<sup>3</sup> são comumente utilizadas diversas variáveis como *proxy* da dimensão do *status* social os indivíduos adultos, dentre as mais comuns: o *status* no trabalho (empregado/desempregado), a escolaridade (geralmente como variável dicotômica) ou o tipo de dedicação à ocupação remunerada principal (*full-time* ou *part-time job*), tomados isoladamente em conjunto com outras variáveis demográficas (estado civil, idade, sexo, composição familiar, etc.). No estudo anterior realizado por Neubert (2006) foi utilizado, também de forma isolada, o índice de *status* socioeconômico (ISE) elaborado por Pastore e Valle Silva (2000) como variável representante do *status* ocupacional para os indivíduos inseridos no mercado de trabalho, além de sexo e idade para fins de controle dos modelos. No presente estudo, entretanto, o ISE como *proxy* do *status* ocupacional foi abandonado e um conjunto de variáveis foi introduzido para operacionalizar a dimensão da desigualdade ocupacional. A principal razão para esta mudança foi o reconhecimento da necessidade de se levar em conta os diversos aspectos relativos ao indivíduo e à ocupação principal que este exerce para se interpretar, de forma mais profunda, a relação entre desigualdade ocupacional e a organização das atividades diárias ao longo da semana.

---

<sup>1</sup> Como o requisito da homocedasticidade, da normalidade da distribuição amostral e da linearidade do modelo.

<sup>2</sup> Esta mesma estratégia foi utilizada por Tomás, Xavier e Dulci (2007) para analisar a variável de rendimentos dos indivíduos a partir de informações coletadas sobre uma amostra probabilística da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

<sup>3</sup> Gershuny (2005a, 2005b, 2009); Robinson e Godbey (1997); Robinson e Martin (2009); Aguiar e Hurst (2006); Sullivan e Gershuny (2000); Bittman (1998).

Dessa forma, a segunda inovação correspondeu à elaboração de modelos de análise que fossem capazes de levar em conta diversas características da situação ocupacional simultaneamente. Desta forma, a hipótese da divisão semanal (NEUBERT, 2006) pôde ser testada com base em múltiplas referências no que diz respeito à dimensão da estratificação social.

As variáveis independentes oriundas do conjunto de informações sobre Belo Horizonte que foram incluídas são: a situação na ocupação, a formalidade, o número de ocupações remuneradas exercidas, a escolaridade e a natureza da ocupação principal (caso seja manual ou não-manual). Para o conjunto de dados sobre os EUA, a situação na ocupação foi substituída pela variável que classifica o setor da mesma, assim como a formalidade foi substituída pela variável que caracteriza o tempo de dedicação (caso a ocupação seja *full-time* ou *part-time*). As variáveis de sexo e idade foram introduzidas em todos os modelos para efeitos de controle.

A terceira inovação diz respeito a verificar se a hipótese de Neubert (2006) sobre a divisão semanal como um privilégio de alguns grupos ocupacionais se mantém tanto com relação ao conjunto de informações sobre BH quanto para o outro conjunto de informações sobre os EUA, tendo em vista as mudanças metodológicas que foram propostas na primeira e na segunda inovação.

## **6. Amostra probabilística de BH e seleção de casos**

A Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001) foi realizada na cidade de Belo Horizonte<sup>4</sup>, capital do Estado de Minas Gerais, Brasil. A cidade foi inaugurada em 1897 seguindo o modelo de cidades como Washington D.C. e Paris, quando contava com apenas cerca de 250.000 habitantes. A unidade federativa à qual pertence é o Estado de Minas Gerais, a quarta maior em extensão geográfica do Brasil, a segunda maior em termos de população e a terceira maior economia, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. No quesito populacional, Belo Horizonte era composta por 2.238.526 pessoas

---

<sup>4</sup> A cidade cobre uma área de 331 Km<sup>2</sup> (Fonte: IBGE)

em 2000, segundo a contagem do censo demográfico realizado pelo IBGE naquele ano<sup>5</sup>.

Para a realização da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001) foram selecionados 400 domicílios. Dentre estes participaram da coleta de informações 378 domicílios e contabilizou-se a participação de 1.184 indivíduos ao todo, uma média aproximada de três pessoas por unidade domiciliar.

O número de casos original da amostra principal sofreu, por seu turno, recortes e filtros de acordo com os propósitos do estudo em questão. Foram selecionados apenas aqueles indivíduos adultos (18 a 64 anos de idade) que preencheram de forma adequada os diários de usos do tempo em pelo menos um dos períodos de referência (em um dia de semana ou em um dia de fim de semana).

Além disso, para o presente estudo foram selecionados apenas os indivíduos que deram informações a respeito de suas próprias características, requisito fundamental para as análises neste estudo. Dentre este, foram selecionados aqueles que declararam realizar alguma atividade de trabalho remunerado. Com base nisso foi possível caracterizar a ocupação principal do indivíduo e separar aqueles que se encontravam “ocupados” daqueles que se encontravam “desocupados” (quais seja, os indivíduos caracterizados exclusivamente como donas-de-casa, estudantes, aposentados ou desempregados). Por fim, foram excluídos os trabalhadores rurais entre aqueles que se encontravam ocupados. O resultado final destes filtros foi a seleção de 573 diários na subamostra dos dias de semana e de 575 na subamostra de diários relativos os dias de fim de semana.

## **7. Amostra probabilística dos EUA e seleção de casos**

Enquanto a amostra da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001) foi calculada tendo como referência a população da capital de uma determinada unidade federativa, a amostra do ATUS-2003 foi calculada com base na

---

<sup>5</sup> Fonte: IBGE, Censo de 2000.

Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acessado em junho de 2010.

população civil norte-americana. Assim, o ATUS-2003 oferece informações sobre o distrito federal (Washington D.C.) e as cinquenta unidades federativas que compõem os Estados Unidos da América. Além de ser reconhecido como a principal nação desenvolvida a se destacar desde o período do pós-guerra, principalmente em termos econômicos e militares, os EUA se configuram como um dos maiores países em termos geográficos<sup>6</sup> e populacionais.

Em termos de contagem populacional, os EUA contavam com 290.809.777 civis<sup>7</sup> residentes em 2003, segundo o *U.S. Census Bureau*<sup>8</sup>. Quanto à composição da amostra probabilística, o ATUS-2003 contabilizou a participação de 20.720 indivíduos que responderam à entrevista por telefone a respeito do que fizeram em um determinado dia do ano de 2003.

Com relação à seleção de casos do ATUS-2003, foi necessária uma quantidade maior de filtros devido à abrangência da amostra e a diversidade de casos que foram incluídos. Além do filtro de idade para selecionar apenas os indivíduos adultos (18 a 64 anos), foram selecionados apenas aqueles residentes em áreas metropolitanas. Foram excluídos os indivíduos que se encontravam afastados do trabalho, assim como os desempregados e aqueles que não eram participantes da força de trabalho, restando, apenas, os indivíduos ativos no mercado de trabalho. Também foram excluídos os indivíduos que se declararam como trabalhadores rurais. Como a pesquisa abrange todos os dias do ano, foi ainda necessário um filtro que excluísse aqueles indivíduos que responderam sobre um dia de feriado ou do período de férias.

O resultado das sucessivas seleções foi um número de 4.683 casos inclusos na subamostra com informações que cobrem os dias de semana e 4.819 casos inclusos na subamostra com informações que cobrem os dias de fim de semana. É importante frisar que ambas as amostras principais, tanto da

---

<sup>6</sup> Cobrindo uma área total de 9,37 milhões de Km<sup>2</sup>.

<sup>7</sup> Os militares em atividade e as pessoas que vivem em hospitais, casa de saúde ou prisões são excluídos da contagem.

<sup>8</sup> Fonte: *Population Division, U.S. Census Bureau*.

Disponível em: <[http://www.census.gov/popest/archives/2000s/vintage\\_2003/2003s.html](http://www.census.gov/popest/archives/2000s/vintage_2003/2003s.html)>. Acessado em junho de 2010.

pesquisa de BH quanto do ATUS-2003, foram baseadas em unidades domiciliares. Contudo, a pesquisa de BH incluiu todos os indivíduos acima de oito anos de idade (média de três indivíduos por domicílio), enquanto que o ATUS-2003 realizou o sorteio de apenas um indivíduo por domicílio amostrado.

## **8. Tempo de trabalho remunerado em um dia de semana – BH (Modelo 1)**

A TAB.1 apresenta as informações sobre os quartis utilizados no cálculo da regressão quantílica para o Modelo 1. O valor mínimo registrado na variável dependente em questão foi igual a 0 e o valor máximo foi igual a 997 min. (16,62 horas). Os indivíduos que se encontram no primeiro quartil (.25) trabalharam até 330 min. (5,5 horas) em um dia de semana. A mediana, por sua vez, corresponde a 480 min., ou seja, as 8 horas típicas da jornada de trabalho diária. O terceiro quartil (.75) corresponde àqueles indivíduos que trabalharam até 574 min. (ou 9,57 horas) e o último quartil (.95) corresponde àqueles que trabalharam até 760 min. (12,7 horas) em um dia de semana.

A TAB.2 apresenta os coeficientes e as informações sobre o Modelo 1. Quando se leva em conta os coeficientes da regressão quantílica, o vínculo formal apresenta efeito significativo no primeiro, segundo e último quartil. Entre aqueles que trabalharam até 330 min. (5,5 horas – primeiro quartil) o efeito desta variável é positivo, revelando um impacto de 20,14% a mais de tempo dedicado à atividade. Entre aqueles que trabalharam até 480 min. (8 horas diárias – segundo quartil), o efeito é mais significativo, contudo, o impacto positivo é menor (15%) do que no primeiro quartil. Já entre aqueles que trabalharam até 574 min. (9,57 horas – terceiro quartil) horas em um dia de semana, o impacto da formalidade se torna negativo, sendo de -11,53% a menos sobre o tempo de trabalho remunerado.

Isso demonstra que o vínculo formal pressiona a variável dependente de forma que os trabalhadores formalizados tendem a trabalhar mais do que os informais quando se leva em conta aqueles que trabalham menos. À medida que o dispêndio com tempo de trabalho remunerado aumenta, o vínculo formal exerce uma pressão inversa, ao impactar negativamente sobre o dispêndio de

tempo na atividade em questão. Isso indica que esta variável independente é responsável por aproximar a jornada diária de trabalho às 8 horas determinadas pela legislação vigente no Brasil.

A variável correspondente à escolaridade, por sua vez, apresenta efeito significativo apenas entre aqueles que trabalharam até 12,7 horas em um dia de semana (quartil .95). O impacto dela é negativo, correspondente a 10,97% a menos de tempo de dedicação à atividade por parte dos mais escolarizados em relação aos menos escolarizados. Já o efeito da variável relativa ao exercício de apenas uma atividade remunerada revela também um impacto negativo, sobre a variável dependente, correspondente a -11,19% entre aqueles que trabalharam até 8 horas (quartil .50) e -13,44 entre aqueles que trabalharam até 9,57 (quartil .75) em um dia de semana em relação àqueles que exercem mais de uma atividade remunerada, revelando que entre aqueles que trabalham entre 8 e 10 horas diárias, os que exercem mais de uma ocupação tendem a trabalhar mais tempo em relação aos que exercem apenas um ocupação.

Quanto ao efeito da natureza da ocupação sobre a variável dependente, o fato de se exercer uma ocupação não-manual gera um impacto positivo que decresce ao longo da distribuição do tempo de trabalho remunerado. Entre aqueles que trabalham até 5,5 horas (primeiro quartil), o impacto se revela maior (24,79%) do que entre aqueles que trabalham até 9,57 horas (impacto de 8,42%) e até 12,7 horas (impacto de 10,06%). Isso permite afirmar que os trabalhadores manuais, como foi discutido no marco teórico deste estudo, correspondem ao conjunto de trabalhadores que são mais valorizados no contexto do capitalismo contemporâneo, mesmo quando se leva em consideração um país em desenvolvimento como o Brasil. Eles, portanto, têm mais chances de alocação no mercado de trabalho em áreas urbanas e, portanto, tendem a despender mais tempo em atividades de trabalho remunerado em um dia de semana.

## **9. Tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana – BH (Modelo 2)**



A TAB. 3 apresenta, por seu turno, as informações sobre os quartis utilizados no cálculo da regressão quantílica para o Modelo 2. O valor mínimo registrado na variável dependente em questão foi igual a 0 e o valor máximo foi igual a 1.090 min. (18,17 horas). Pelo fato de a maioria dos indivíduos inclusos na amostra dos dias de fim de semana não terem registrado tempo de trabalho remunerado, a distribuição da variável dependente destoa, nesse caso, das demais. Assim, a maioria dos indivíduos está incluída entre aqueles que trabalharam até 300 min. (5 horas), os quais fazem parte do terceiro quartil (.75). Os indivíduos que se encontram no último quartil, por sua vez, trabalharam até 660 min. (11 horas) A mediana, neste caso, é igual a 0, pelos mesmos motivos já explicitados quanto à distribuição da variável dependente.

A TAB.4 apresenta os coeficientes e informações sobre o Modelo 2. Quanto aos resultados da regressão quantílica, a escolaridade apresenta um impacto negativo bastante intenso (-103,95%) no sentido de conter o tempo dedicado à atividade em questão entre aqueles que trabalharam até 5 horas (quartil .75) em um dia de fim de semana. Além da escolaridade do indivíduo, a qual exerce um papel de restringir o tempo de dedicação ao trabalho remunerado em um dia de semana, a situação de empregador na ocupação principal também revela o mesmo comportamento, contudo, menos intenso que a primeira variável. Entre os indivíduos que trabalharam até 11 horas em um dia de fim de semana (quartil .95), os empregadores tendem a dedicar-se 22,31% a menos de tempo à atividade em questão em comparação com os empregados. Portanto, a posse dos meios de produção confere aos empregadores algum grau de privilégio com relação aos trabalhadores no que diz respeito aos dias de fim de semana.

Por fim, os indivíduos que exercem apenas uma ocupação remunerada tendem a dedicar 18,34% de tempo a mais do que os indivíduos que realizam mais de uma ocupação remunerada, levando-se em conta os indivíduos que trabalham até 11 horas (quartil .95). Isso demonstra que os indivíduos que possuem apenas uma ocupação remunerada têm que trabalhar também no fim de semana, principalmente nos dias de sábado (dia de transição entre os dias úteis e os dias de descanso).

É possível concluir que a escolaridade exerce influência no sentido de conter o tempo de trabalho remunerado entre aqueles que trabalharam uma maior quantidade de tempo em um dia de semana e, da mesma forma, para um dia de fim de semana. O fato de o indivíduo exercer apenas uma ocupação remunerada, por sua vez, apresentou efeito significativo apenas em relação ao tempo de trabalho remunerado em um dia de semana e em um dia de fim de semana. Entre aqueles que trabalharam próximo de oito horas diárias, o impacto desta variável em um dia de semana se dá no sentido de diminuir o tempo entre os que trabalharam mais em um dia de fim de semana em relação àqueles indivíduos que exercem mais de uma ocupação remunerada. Os indivíduos que realizam mais de uma atividade remunerada estão, sim, mais submetidos a ocupações de tempo parcial, informais ou ocupações temporárias. Contudo, aqueles que exercem apenas uma ocupação estão mais sujeitos a montas de tempo maiores nos dias de fim de semana.

O vínculo formal na ocupação principal, por sua vez, demonstrou ser importante, como é esperado, para determinar o tempo de trabalho remunerado de acordo com as demandas legais. Ou seja, o trabalhador formal tem menos probabilidade de trabalhar pouco e, por outro lado, de trabalhar muito além do padrão estabelecido, demonstrando a força da regulamentação legal sobre a organização do tempo de trabalho no Brasil (DAL ROSSO, 2002, 2006). São esses trabalhadores os quais têm maior probabilidade, portanto, de se adequarem à divisão tradicional da semana entre dias úteis e dias sem trabalho. A rigidez da jornada de trabalho formal, a qual se concentra principalmente nos dias de semana, limita o dispêndio de tempo livre em um dia de semana e, de forma menos contundente, também em um dia de fim de semana. Isso se explica porque o tempo liberado das atividades remuneradas é utilizado não somente em atividades de tempo livre, mas, também, em atividades de trabalho não-remunerado e cuidados pessoais.

As categorias relacionadas à situação na ocupação principal não apresentaram uma influência definitiva sobre a organização da semana. Pode-se afirmar, contudo, que em relação aos empregados, os empregadores tendem a dedicar-se menos ao trabalho remunerado em um dia de fim de semana e mais às

atividades de tempo livre em um dia de semana. Da mesma forma, a natureza da ocupação não revelou uma influência significativa sobre a organização da semana.

### **10. Tempo de trabalho remunerado em um dia de semana – EUA (Modelo 3)**

A TAB. 5 apresenta, por seu turno, as informações sobre os quartis utilizados no cálculo da regressão quantílica para o Modelo 3. O valor mínimo registrado na variável dependente em questão foi igual a 0 e o valor máximo foi igual a 1.350 min. (22,5 horas). Os indivíduos que se encontram no primeiro quartil (.25) trabalharam até 344 min. (5,7 horas) em um dia de semana. A mediana, por sua vez, corresponde a 480 min., ou seja, assim como no caso brasileiro, corresponde às 8 horas típicas da jornada de trabalho diária. O terceiro quartil (.75) corresponde àqueles indivíduos que trabalharam até 550 min. (ou 9,17 horas) e o último quartil (.95) corresponde àqueles que trabalharam até 720 min. (12 horas) em um dia de semana.

A TAB.6 apresenta os coeficientes e as informações sobre o Modelo 3. Quanto aos coeficientes da regressão quantílica, todas as variáveis independentes relativas às características da força de trabalho apresentaram coeficientes significativos pelo menos em um dos quartis utilizados. A escolaridade, por exemplo, impacta fracamente o tempo de trabalho remunerado diário, contudo, este efeito, mesmo sendo pequeno, cresce na medida em que aumenta o tempo dedicado a tal atividade (no primeiro quartil o impacto é de 1,5% e, no último, é de 4,06%). Este mesmo comportamento é demonstrado pela variável que registra o setor da ocupação, porém, o impacto destas variáveis (setor privado e governamental) é negativo sobre o tempo de trabalho remunerado em um dia de semana. A natureza da ocupação, por sua vez, também apresenta um impacto relativamente pequeno (-1,58%) indicado pelo coeficiente no segundo quartil (.50).

Mais determinantes do que as anteriores sobre a atividade em questão, o tipo de dedicação à ocupação principal e o número de ocupações que se exerce

são variáveis que apresentaram tendências opostas, como comentado a seguir.

O fato de o indivíduo trabalhar em tempo integral demonstra grande impacto entre aqueles que trabalham até 344 min. (5,73 horas) e 480 min. (8 horas) – primeiro (.25) e segundo quartil (.50), sendo bastante forte no primeiro recorte. No segundo quartil (quem trabalhou até 8 horas), o impacto é de 65,94% a mais de tempo de trabalho remunerado em um dia de semana em relação aos trabalhadores em tempo parcial. A influência desta variável decai até o último quartil (.95), o qual engloba os indivíduos que trabalharam até 720 min. (12 horas), sendo seu impacto reduzido a 20,28% a mais de tempo.

Já o fato de se exercer apenas uma ocupação remunerada gera um impacto negativo sobre a variável dependente, o qual tende a aumentar ao longo dos quartis. Assim, entre aqueles indivíduos que trabalharam até 344 min. (5,73 horas) em um dia de semana, o fato de se exercer apenas uma ocupação remunerada impacta em -4,42% a variável dependente. Entre os que trabalharam até 480 min. (8 horas) e até 720 min. (12 horas) o impacto chega a -14,12% e 17,8%, respectivamente.

#### **11. Tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana – EUA (Modelo 4)**

A TAB. 7 apresenta, por seu turno, as informações sobre os quartis utilizados no cálculo da regressão quantílica para o Modelo 4. O valor mínimo registrado na variável dependente em questão foi igual a 0 e o valor máximo foi igual a 1.430 min. (23,8 horas). Pelo fato de a maioria dos indivíduos inclusos na amostra dos dias de fim de semana não terem registrado tempo de trabalho remunerado, a distribuição da variável dependente destoa, nesse caso, das demais. Assim, a maioria dos indivíduos está inclusa entre aqueles que trabalharam até 120 min. (2 horas), os quais fazem parte do terceiro quartil (.75). Os indivíduos que se encontram no último quartil, por sua vez, trabalharam até 545 min. (9,08 horas) em um dia de fim de semana. A mediana, neste caso, é igual a 0, pelos mesmos motivos já explicitados quanto à distribuição da variável dependente em análise.

A TAB.8 apresenta os coeficientes e as informações sobre o Modelo 4. Quanto aos coeficientes da regressão quantílica, assim como no modelo anterior, todas as variáveis independentes relativas às características da força de trabalho apresentaram coeficientes significativos pelo menos em um dos quartis utilizados. A escolaridade, por exemplo, apresenta um impacto de -10,41% sobre o tempo de trabalho remunerado diário entre aqueles que trabalham até 545 min. (9,08 horas – quartil .95). O tipo de dedicação à ocupação principal em tempo integral também apresentou coeficiente significativo (6,78%) também apenas entre aqueles que trabalharam até 545 min (9,08 horas).

Quando se leva em conta as demais variáveis (número de ocupações que se exerce, o setor e a natureza da ocupação principal), observa-se um impacto fortíssimo sobre a variável dependente em questão. Assim, entre aqueles indivíduos que trabalharam até 120 min. (2 horas) em um dia de fim de semana, o fato de se exercer apenas uma ocupação impacta em -189,37% o tempo de trabalho remunerado, o fato de ser trabalhador do setor privado impacta em -89,56%, o fato de ser trabalhador do governo impacta em -162,53% (em comparação com o trabalhador por conta própria) e o fato de ser trabalhador não-manual, por fim, impacta em -96,03%.

Quando se leva em conta os indivíduos que trabalharam até 545 min. (9,08 horas) em um dia de semana, o impacto de algumas destas variáveis ainda se mantém, contudo, são menos expressivos. Portanto, o fato de se exercer apenas uma ocupação impacta em -27,62% o tempo de trabalho remunerado no quando se leva em conta o último quartil (.95), o fato de ser trabalhador do setor privado impacta em -14,45% e o fato de ser trabalhador do governo impacta em -25,83%. O fato de ser trabalhador não-manual, por seu turno, não apresentou impacto significativo quando se leva em conta este último recorte da variável dependente em análise.

Quanto às informações do ATUS-2003 que foram analisadas, pode-se dizer que os indivíduos que possuem ocupações de maior *status* apresentam uma maior tendência de organizar o tempo de trabalho remunerado de acordo com

a divisão entre dias de trabalho e dias sem trabalho. Mas da mesma forma como ocorreu com os dados relativos à cidade brasileira, as variáveis incluídas nos modelos apresentaram tendências bem diversas, como foi discutido a seguir.

No caso de quem realiza apenas uma ocupação remunerada tende a dedicar-se menos às atividades de tempo de trabalho remunerado tanto em um dia de semana quanto em um dia de fim de semana, em comparação com quem exerce mais de uma ocupação. O mesmo acontece com o tempo de trabalho remunerado nos dias de fim de semana.

É possível afirmar que a escolaridade apresentou importância no sentido de elevar o tempo de trabalho remunerado em um dia de semana e de conter o tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana. Contudo, o impacto desta variável é relativamente pequeno sobre o montante total de tempo dedicado à atividade em um determinado dia. Este resultado contraria os achados de Gershuny (2005a, 2009) e Aguiar e Hurst (2006), pois demonstram que a influência da escolaridade do indivíduo é menos definitiva do que as características ocupacionais listadas nos modelos, levando a crer que os tipos de vínculos e as condições de trabalho são mais importantes no contexto observado do que o capital humano propriamente dito.

Para o conjunto de informações sobre os EUA, portanto, o número de ocupações que se exerce é uma característica importante e revela, provavelmente, a maior autonomia que os indivíduos que realizam apenas uma ocupação podem desfrutar quanto à organização do próprio tempo. Aqueles indivíduos que realizam mais de uma atividade remunerada, por sua vez, estão mais submetidos a ocupações de tempo parcial, informais ou ocupações temporárias, sacrificando o tempo livre em prol do tempo de trabalho.

Quanto ao tipo de dedicação à ocupação principal, os trabalhadores em tempo integral tendem a trabalhar mais do que aqueles que trabalham em tempo parcial em um dia de semana e menos em um dia de fim de semana. Assim, pode-se afirmar que os indivíduos trabalham em ocupações do tipo *part-time* estão mais submetidos às precárias formas de emprego que são alguns dos

frutos do processo de flexibilização, as quais tendem a ignorar a tradicional barreira que separa os dias de trabalho e os dias sem trabalho.

No que diz respeito ao setor da ocupação principal, as categorias “privado” e “governo” apresentaram um comportamento bem semelhante: estas variáveis pressionam o tempo de trabalho em um dia de semana para a faixa próxima às oito horas diárias e limitam o tempo de trabalho em um dia de fim de semana. Os indivíduos que trabalham nos setores privado e governamental estão mais submetidos a escalas de trabalho já determinadas e estabelecidas, portanto, têm mais chance de se adequar à organização mais tradicional da semana. Comparativamente, os indivíduos que trabalham por conta-própria estão mais sujeitos à demanda externa pelos seus serviços e, portanto, experimentam restrições quanto à organização do próprio tempo de trabalho.

Quanto à relação entre a natureza da ocupação e o uso do tempo, os modelos calculados com base nas informações sobre os EUA não indicaram uma influência importante desta variável.

## **12. Conclusão**

O que é comum aos dois contextos é o padrão de oito horas diárias de trabalho, principalmente em um dia de semana. Esta discussão remete aos movimentos sociais do século XIX, os quais foram responsáveis por colocar em pauta nas negociações entre as partes envolvidas a questão da regulamentação do tempo de trabalho e as condições de execução das tarefas relacionadas ao tempo produtivo. Apesar da influência dos processos de flexibilização, os quais vêm ocorrendo desde a década de 80 e foram definitivos principalmente em países que adotaram a ideologia neoliberal de forma mais contundente (como os EUA), a conquista social relativa ao trabalho diário de oito horas ainda se revela como um padrão importante, um legado do movimento operário europeu do século XIX que persiste até então, como demonstrado para os casos brasileiro e norte-americano.

O que diferencia bastante os dois contextos que foram analisados neste estudo é a forma como o trabalho é regulado. Os EUA são uma das principais nações

na qual a ideologia neoliberal apresenta bastante força, assim, os acordos relativos ao trabalho tendem a ser privatizados e permitem maior autonomia nas negociações entre as partes envolvidas, revelando um baixo grau de participação do Estado. Por esse motivo, o processo de flexibilização do trabalho neste contexto especificamente demonstra uma influência definitiva quando se atenta para as características da desigualdade ocupacional. Isso foi demonstrado através da importância que as variáveis relativas ao tipo de dedicação (*full-time/part-time*) e ao setor da ocupação principal, assim como o número de ocupações que o indivíduo realiza, todas mais importantes do que o grau de escolaridade para explicar a organização do tempo de trabalho remunerado e o tempo livre ao longo da semana.

Quanto ao contexto brasileiro, a legislação trabalhista da década de 30 do século passado ainda revela tem forte influencia sobre o arranjo do tempo de trabalho, apesar do processo de flexibilização e precarização crescente que se instalou a partir da década de 90 do mesmo século XX. Assim, como no Brasil persiste uma legislação relativamente antiga, os efeitos gerados pelos movimentos mais recentes da economia mundial e pelo processo local de flexibilização do trabalho em andamento fatalmente induziria ao surgimento de dois grupos distintos de trabalhadores, como ocorre atualmente: existe um grupo de indivíduos que possuem um trabalho formalizado, os quais sofrem uma enorme pressão justamente por estarem em uma situação mais privilegiada do que outros, aqueles que estão totalmente descobertos de qualquer tipo de proteção social e com pouco poder de barganha nas negociações a respeito do tempo e das condições de trabalho.

Os achados corroboram a hipótese de que a divisão da semana entre dias dedicados ao trabalho e dias sem trabalho é um tipo de organização do tempo restrita a grupos ocupacionais que apresentam determinadas características em comum (NEUBERT, 2011; 2006). O nível de escolaridade do indivíduo tem sido utilizado como variável explicativa desta diferença em diversos estudos de usos do tempo. Mas, ao serem introduzidas nos modelos de regressão variáveis independentes relativas à situação ocupacional do indivíduo, a escolaridade perde seu efeito explicativo de outrora (NEUBERT, 2011). Como



salienta uma das perspectivas críticas à THC, a estrutura ocupacional é o elemento chave para a compreensão adequada da relação entre escolaridade e salário (Thurow, 1975). Tal contraponto deve ser considerado também, portanto, na relação entre escolaridade e organização do tempo de trabalho.

### 13. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Mark; HURST, Erik. Measuring trends in leisure: the allocation of time over five decades. *Quarterly Journal of Economics*, v.122, n.3, p.969-1006. 2006.

AGUIAR, Neuma. *Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: análise dos usos do tempo em Belo Horizonte: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras*. Belo Horizonte: UFMG/CNPq, 2000. Projeto de pesquisa. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 40p. (Textos Sociologia e Antropologia n.53)

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BITTMAN, Michael. The land of the lost weekend? Trends in free time among working age australians, 1974-1992. *SPRC Discussion Paper*, Sydney, jun. 1998.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinción: Criterios y bases sociales del gusto*. (2ª ed.). Madri: Taurus, 2000.

BOUDON, Raymond. *A Desigualdade de Oportunidades*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAL ROSSO, Sadi dal. Working time in Brazil: past experience and recent changes. *Time & Society*, Londres, v.11, n.1, pp.67-8. 2002.

DAL ROSSO, Sadi dal. Jornada de trabalho: duração e intensidade. *Ciências e Cultura*, São Paulo, v.58, n.4, Out-Dez. 2006.

GERSHUNY, Jonathan. Veblen in reverse: evidence from the Multinational Time-Use archive. *Social Indicators Research*, v.93, no.1, pp. 37-45, Ago. 2009.

\_\_\_\_\_. What do we do in post-industrial society? The nature of work and leisure time in 21<sup>st</sup> century. *Working Papers ISER*, Colchester, n.7. 2005a.

\_\_\_\_\_. Busyness as the Badge of Honour for the New Superordinate Working Class. *Working Papers ISER*, Colchester, n.9. 2005b.

HARVEY, Andrew. PENTLAND, Wendy. Time use research. In: *Time use research in the social sciences*. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. M. Lawton e Mary McColl (Eds.). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 1999.

HIRSCH, Fred. *Limites Sociais do Crescimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

KOENKER, Roger. HALLOCK, Kevin. Quantile regression. *Journal of Economic Perspectives*, v.15, n.4, p.143-156, 2001.

\_\_\_\_\_. BASSETT, Gilbert. Regression quantiles. *Econometrica*, v.46, n.1, p.33-50, Jan. 1978.

PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

NEUBERT, Luiz Flávio. *Desigualdade ocupacional e o uso do tempo: um estudo sobre os determinantes do tempo de trabalho remunerado e do tempo livre entre indivíduos adultos inseridos no mercado de trabalho em uma cidade brasileira e nas regiões metropolitanas norte-americanas*. 2011. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

\_\_\_\_\_. *Atividades diárias e desigualdade social: um estudo sobre o tempo de lazer e o tempo de trabalho remunerado em Belo Horizonte*. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROBINSON, John. MARTIN, Steve. Changes in american dilay life: 1965-2005. Social. *Social Indicators Research*, v.93, pp.47-56. 2009.

\_\_\_\_\_. GODBEY, Geoffrey. *Time for life: the surprising ways americans use their time*. The Pennsylvania State University Press, 1997.

SCHOR, Juliet. *The overworked american: the unexpected decline of leisure*. New York: Basic Books, 1992.

SOUZA, Amaury de. *As 24 horas do dia do carioca*. Rio de Janeiro, [197-]. Relatório de pesquisa apresentado ao IUPERJ. Não publicado.

SCHULTZ, Theodore W. *The economic value of education*. Nova York, Columbia University Press, 1963.

THUROW, Lester C. *Generating inequality*. Nova York, Basic Books, 1975.

VEBLER, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo: Ed. Pioneira. 1965.

TABELA 1

Informações sobre a variável "Tempo de Trabalho Remunerado" da amostra dos dias semana da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001) por quartil (Modelo 1)

Quartil	Médias por quartil (min.)	Valor máximo em cada quartil (min.)
.25	117	330
.50	274	480
.75	356	574
.95	417	760

Valor Mínimo = 0  
 Valor Máximo = 997  
 Mediana = 480  
 N= 573

Fonte: Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

TABELA 2

Resultados do modelo de regressão quântica para a variável dependente "logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de semana" (min.) para a amostra da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

MODELO 1	RQ	RQ	RQ	RQ
	.25	.50	.75	.95
	b	b	b	b
Constante	5,39321*	6,093234*	6,415482*	6,722131*
Pseudo R <sup>2</sup>	0,0123	0,0065	0,0079	0,0178
N	577			
<i>Variáveis de controle</i>				
Sexo (masculino=1)	0,4056132*	0,1744077*	0,1163571*	0,0549895
Idade centralizada	0,005886	0,0020965	0,0032897**	0,00245
idade centralizada ao quadrado	-0,0003043	-0,0000891	-0,000215**	-0,0000825
<i>Variáveis independentes</i>				
Possui ensino secundário completo	0,0250966	-0,0275448	-0,0490668	-0,1097587**
Possui Vínculo formal na ocupação principal	0,2013775***	0,1498009*	0,0113603	-0,1153031***
Exerce apenas uma ocupação remunerada	-0,0173871	-0,1149528***	-0,1344607**	-0,1531709
Situação na ocupação principal: empregador	-0,801289	-0,0662599	-0,0784473	0,078493
Situação na ocupação principal: conta própria	-0,1330446	0,0129407	-0,0006557	0,0627274
Natureza da ocupação principal: não-manual	0,2479791**	0,0187892	0,084293**	0,10062***

Fonte: Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

\* Significância a 0,01

\*\* Significância a 0,05

\*\*\* Significância a 0,10

Observações:

- Variável dependente: logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de semana para a amostra da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

- Categoria de referência da situação na ocupação principal: empregado

- Os trabalhadores rurais foram excluídos das amostras,

TABELA 3

Informações sobre a variável "Tempo de Trabalho Remunerado" da amostra dos dias de fim de semana da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001) por quantil (Modelo 2)

Decis	Médias por quartil (min.)	Valor máximo em cada quartil (min.)
.75	29	300
.95	123	660

Valor Mínimo = 0  
 Valor Máximo = 1.090  
 Mediana = 0  
 N= 575

Fonte: Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

TABELA 4

Resultados do modelo de regressão quatílica para a variável dependente "logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana" (min.) para a amostra da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)

MODELO 2	RQ	RQ
	.75	.95
	b	b
Constante	6,079077*	6,433554*
Pseudo R <sup>2</sup>	0,0063	0,0049
N	579	
<i>Variáveis de controle</i>		
Sexo (masculino=1)	-0,0107757	-0,0258176
Idade centralizada	-0,0081627	0,0001938
idade centralizada ao quadrado	-0,0005689	-0,0004547***
<i>Variáveis independentes</i>		
Possui ensino secundário completo	-1,039597*	-0,1499406
Possui Vínculo formal na ocupação principal	-0,0018827	-0,116655
Exerce apenas uma ocupação remunerada	-0,1675023	0,1834674**
Situação na ocupação principal: empregador	0,7129395	-0,2231901***
Situação na ocupação principal: conta própria	0,0781303	0,101387
Natureza da ocupação principal: não-manual	0,1110588	0,1666948
Fonte: Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)		
* Significância a 0,01		
** Significância a 0,05		
*** Significância a 0,10		
Observações:		
- Variável dependente: logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana para a amostra da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH (2001)		
- Categoria de referência da situação na ocupação principal: empregado		
- Os trabalhadores rurais foram excluídos das amostras,		

TABELA 5

Informações sobre a variável "Tempo de Trabalho Remunerado" da amostra dos dias de semana do ATUS-2003 por quartil (Modelo 3)		
Quartil	Médias por quartil (min.)	Valor máximo em cada quartil (min.)
.25	98	344
.50	276	480
.75	349	550
.95	405	720
Valor Mínimo = 0		
Valor Máximo = 1.350		
Mediana = 480		
N= 4.683		
Fonte: ATUS-2003		

TABELA 6

Resultados do modelo de regressão quântica para a variável dependente "logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de semana" (min.) para a amostra do ATUS-2003

MODELO 3	RQ	RQ	RQ	RQ
	.25	.50	.75	.95
	b	b	b	b
Constante	-11,5123*	5,55888*	6,155142*	6,543249*
Pseudo R <sup>2</sup>	0,1070	0,0169	0,0129	0,0173
N				
<i>Variáveis de controle</i>				
Sexo (masculino=1)	0,0929617*	0,0630521*	0,0878284*	0,1013909*
Idade centralizada	0,0001763	0,0005903**	0,0014759*	0,0015999**
idade centralizada ao quadrado	-0,0000145	-0,0000552*	-0,0000804**	-0,0001524**
<i>Variáveis independentes</i>				
Possui <i>bachelor's degree</i> (16 anos ou mais de estudo)	0,0150128**	0,026567*	0,0365857*	0,0406156**
Ocupação principal em tempo integral ( <i>Full-time job</i> )	17,52514*	0,6594206*	0,292566*	0,2027595*
Exerce apenas uma ocupação remunerada	-0,0048437	-0,0442413*	-0,1412638*	-0,1780241*
Setor da ocupação principal: governo	0,0011216	-0,04465*	-0,064116*	-0,0787741**
Setor da ocupação principal: privado	0,0077849	-0,0169907***	-0,0288515	-0,0955624*
Natureza da ocupação principal: não-manual	0,003801	0,015814**	-0,0005895	0,0211974
Fonte: ATUS-2003				
* Significância a 0,01				
** Significância a 0,05				
*** Significância a 0,10				
Observações:				
- Variável dependente: logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de semana para a amostra do ATUS-2003				
- Categoria de referência do setor da ocupação principal: trabalhador por conta própria				
- Os trabalhadores rurais foram excluídos das amostras,				

TABELA 7

Informações sobre a variável "Tempo de Trabalho Remunerado" da amostra dos dias de fim de semana do ATUS-2003 por quantil (Modelo 4)		
Decis	Médias por quartil (min.)	Valor máximo em cada quartil (min.)
.75	7	120
.95	78	545
Valor Mínimo = 0		
Valor Máximo = 1.430		
Mediana = 0		
N= 4.819		
Fonte: ATUS-2003		

TABELA 8

Resultados do modelo de regressão quantílica para a variável dependente "logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana" (min.) para a amostra do ATUS-2003		
MODELO 4	RQ	RQ
	.75	.95
	b	b
Constante	6,589913*	6,590752*
Pseudo R <sup>2</sup>	0,0156	0,0040
N		
<i>Variáveis de controle</i>		
Sexo (masculino=1)	1,124952*	0,1595449*
Idade centralizada	0,0013163	0,0006332
idade centralizada ao quadrado	0,002571*	0,0001713***
<i>Variáveis independentes</i>		
Possui <i>bachelor's degree</i> (16 anos ou mais de estudo)	0,1846434	-0,1041531*
Ocupação principal em tempo integral ( <i>Full-time job</i> )	-0,1326515	0,0678469***
Exerce apenas uma ocupação remunerada	-1,893751*	-0,2762708*
Setor da ocupação principal: governo	-1,625397*	-0,2583012*
Setor da ocupação principal: privado	-0,8956121*	-0,1445035*
Natureza da ocupação principal: não-manual	-0,9603583*	-0,0134188
Fonte: ATUS-2003		
* Significância a 0,01		
** Significância a 0,05		
*** Significância a 0,10		
Observações:		
- Variável dependente: logaritmo natural do tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana para a amostra do ATUS-2003		
- Categoria de referência do setor da ocupação principal: trabalhador por conta própria		
- Os trabalhadores rurais foram excluídos das amostras,		